



Prezados (as) leitores (as),

A revista **Educação em Perspectiva** em seu v. 8, n. 3, agosto a dezembro de 2017, apresenta o **Dossiê: “Direito à educação: diferentes perspectivas”**, organizado pela Profa. Dra. Ana Elisa Spaolonzi Assis, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pensamos que esse é um tema muito oportuno em nosso contexto educacional e político, caracterizado pela inflexão de direitos historicamente constituídos e pela composição de novas narrativas marcadas pela meritocracia e ordem econômica.

O Dossiê é composto por um conjunto de oito artigos com um leque amplo e abrangente de discussões em torno da temática Direito à Educação seja a partir de uma discussão epistemológica, da compreensão do conjunto normativo, de sua efetividade prática e/ou de seu lugar nas políticas públicas educacionais. Essa variedade de possibilidades analíticas também é expressa por meio das origens das Instituições de Educação Superior (IES) em que os(as) autores(as) atuam, correspondendo as cinco regiões do Brasil, além da colaboração internacional, de autores da Universidade de Siegen na Alemanha.

Na **Apresentação do Dossiê**, realizada pela Profa. Dra. Ana Elisa, o (a) leitor (a) poderá ter uma maior aproximação das dimensões apresentadas e discutidas nos artigos que compõem o referido dossiê.

Esse número da revista conta ainda com quatro artigos publicados em fluxo contínuo, um relato de experiência e uma resenha.

Abrindo a seção de artigos de fluxo contínuo Claudia Gomes e Helena Maria dos Santos Felício, discutem **O PIBID e a formação de professores: da magnitude do programa aos desafios formativos institucionais**. O texto problematiza os propósitos e desafios formativos postos para a formação docente alvitados pelos projetos institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no estado de Minas Gerais. A partir de pesquisa documental, as autoras analisaram no período de 2009 a 2014, os objetivos institucionais expressos em 39 projetos. Como resultados, a pesquisa aponta para a defesa do alinhamento do PIBID com ações de valorização e qualificação do trabalho docente, bem como, para a necessidade de uma compreensão da relação universidade e escola e a interface na(da) formação com a atuação docente.

O artigo direta ou indiretamente também aponta para a temática proposta neste volume da revista, uma vez que, o PIBID e a formação de professores estão intimamente ligados às



discussões sobre Direito à Educação, sua garantia e manutenção, em especial, no atual contexto político, econômico e social brasileiro de retrocessos e cortes na educação e, dentro dela, do próprio Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Sendo assim, a revista Educação em Perspectiva também reforça a importância de manutenção desse importante programa e de sua problematização, redefinição em contextos universitário e escolar, ancorados nas produções científicas qualificadas sobre o tema, na luta pela prorrogação do edital nº 061/2013 até a criação de um novo edital, pelo reconhecimento das licenciaturas e dos projetos realizados nas escolas públicas brasileiras.

Em seguida, no artigo **Indicadores educacionais brasileiros: limites e perspectivas**, Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, Stela Cezare do Santo e Natália Gomes dos Santos analisam indicadores educacionais e apresentam dificuldades e perspectivas a partir da leitura e tratamento dos dados do censo escolar da educação básica, especialmente, na área da Educação Especial. Para tanto, o estudo foi realizado em dois momentos: inicialmente, as autoras buscaram compreender o significado dos indicadores educacionais por meio dos dados disponibilizados no portal eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e, num segundo momento, analisaram, no caderno de instruções do censo escolar da educação básica, as variáveis referentes ao público da educação especial no período de 2007 a 2016. Como resultados da pesquisa, as autoras abordam que, ao refletir sobre os indicadores educacionais brasileiros, é necessário compreender que seus limites podem estar presentes no modo como eles são utilizados pela ordem neoliberal vigente, uma vez que, a construção desses dados está permeada pelo interesse dos organismos internacionais. Por outro lado, os dados também contribuem com a possibilidade de compreensão da realidade educacional brasileira, propiciando instrumentos de análise crítica a respeito do desenho educacional do país, podendo assim, intervir nessa realidade. Quanto aos dados do censo escolar da educação básica na área da Educação Especial, as autoras, em linhas gerais, apontam para a existência de uma linha tênue entre a amplitude presente na definição de público-alvo da educação especial e a complexidade conceitual que interfere nos dados quantitativos do censo escolar.

Ao tratarem dos indicadores educacionais e, em especial, dos dados da área de educação especial, as autoras nos permitem também refletir sobre o Direito à Educação sob outras perspectivas, a da alteridade, do aluno com deficiência; sobre o direito a um currículo que ofereça efetivamente formação inicial e continuada nos cursos de licenciatura na área de educação especial; que possibilitem a criação da escola inclusiva, pois como ressalta Mantoan (2004, p. 7-8), "há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza".



No artigo intitulado **A geografia nos cursos de pedagogia das IES públicas do Estado de São Paulo**, Thais Angela Cavalheiro Azevedo, Andrea Coelho Lastória e Filomena Elaine Paiva Assolini apresentam um estudo qualitativo, por meio de análise documental com nove cursos de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, em instituições públicas paulistas. O estudo objetivou identificar como os componentes curriculares voltados para o ensino de Geografia são propostos nos currículos formais dos referidos cursos. A análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, dos programas de ensino e dos componentes curriculares voltados para o ensino de Geografia permitiu às autoras concluir que: as cargas horárias disponíveis nos cursos estudados variam, consideravelmente, entre 60 horas e 120 horas; a geografia está presente nas propostas dos estágios supervisionados, bem como, nas linhas de pesquisa, entre outras práticas. As autoras apontam, ainda, que o ensino de Geografia, nos cursos estudados, são apresentados de diferentes maneiras e com denominações variadas. Sendo assim, a geografia, tem seu lugar assegurado no currículo das licenciaturas em pedagogia, mesmo que minimamente.

O artigo permite refletir sobre a importância da geografia na educação cidadã, um de seus principais objetivos, bem como, a contribuição dos conhecimentos geográficos para a construção da leitura e compreensão do mundo.

Em sequência, no artigo **Mídias na escola: recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo em escolas da rede municipal de ensino de Macapá-AP**, Minelva Medeiros dos Reis, Eugénia da Luz Silva Foster e Elivaldo Serrão Custódio analisam as possibilidades de uso das diversas mídias na prevenção e no combate ao racismo em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá-AP, com professores de 1º ao 5º ano. O estudo foi realizado em dois momentos: primeiramente os autores investigaram a concepção dos professores sobre o uso das mídias na efetivação da Lei n. 10.639/2003, assim como as possibilidades de uso pedagógico delas no tratamento de prevenção e combate ao racismo. Em um segundo momento, a partir das análises das percepções dos professores, propuseram momentos de estudos em que buscaram a construção de conhecimento acerca da temática abordada e das possibilidades de uso das mídias como recursos pedagógicos no ensino de conteúdos étnico-raciais. Como resultados, o estudo demonstra que há desconhecimento, de alguns professores participantes da pesquisa, acerca do uso das mídias na educação e sobre a presença de manifestações de racismo e preconceito na escola. Apesar disso, os autores juntamente com os professores pesquisados, perceberam que o uso das mídias na educação pode se constituir como importante recurso pedagógico na efetivação da Lei n° 10.639/2003, quando trabalhado em uma perspectiva de se perceber os aspectos sutis de reprodução do racismo em busca de sua superação.

Propor uma discussão da Lei n° 10.639/2003 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da



temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2013) é dar visibilidade à luta pelo direito à educação de milhões de brasileiros que tiveram e têm seu direito à educação, cultura, saúde e lazer negados. É discorrer sobre o direito a partir da norma jurídica, mas também da preocupação com a efetivação da norma, com a sua garantia no processo de ensino e aprendizagem por meio do currículo escolar, e também fora dele, nos diferentes espaços sociais. É o reconhecimento de um povo, de uma cultura, de uma história.

Em seguida, no Relato de Experiência **Animal combate: um novo instrumento pedagógico para o ensino de ciências e biologia**, de autoria de Leandra de Amorim da Silva, Angélica Massarolli e Alessandra Regina Butnariu, é descrito uma experiência a partir da aplicação e avaliação de jogos didáticos como instrumento pedagógico e motivacional para o processo de ensino e aprendizagem de temas de biologia. O jogo "Animal Combate" foi desenvolvido por uma equipe de professores e alunos do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Tangará da Serra, Mato Grosso. Essa experiência foi realizada com três turmas de terceiro ano do ensino médio, em uma escola da rede estadual de ensino do município de Tangará da Serra. O jogo proposto foi considerado uma ferramenta complementar para o processo de ensino e aprendizagem, evidenciando um aumento nos acertos das respostas, mostrando-se, segundo as autoras, eficaz como instrumento motivador da aprendizagem do conteúdo de Biologia.

Tal ferramenta potencializa e explora o desenvolvimento intelectual e social do aluno, estimulando sua criatividade, cooperação e prazer em aprender.

Por fim, a resenha **Perspectivas institucionais dos processos avaliativos da educação superior**, de Evandro Consaltér, trata da obra "Avaliação do Ensino Superior: perspectivas institucionais", publicada em 2017 e organizada pela professora Gionara Tauchen e professor Altair Alberto Fávero. O autor Evandro destaca que o livro resenhado trata de perspectivas institucionais em torno dos processos avaliativos na educação superior a partir de experiências derivadas de diferentes contextos e países, constituindo-se assim uma obra essencial para professores e gestores envolvidos com a esfera da avaliação em suas instituições. É esse um convite oportuno de leitura e problematização a respeito de um tema que representa um movimento que demanda das instituições de ensino superior públicas, um contínuo e minucioso exercício de autoavaliação e de análise de seus projetos e práticas educativas e avaliativas.

Os textos publicados neste volume refletem sobre a importância e necessidade de se lutar pelo direito à educação, pelo direito de aprender, pelo direito de ser. Esta luta é diária e sua garantia efetiva precisa estar presente em todos os meios, seja nas normas, nas políticas e, principalmente, nas práticas cotidianas da educação básica, da educação superior e fora delas.



A revista **Educação em Perspectiva** por meio do **Dossiê: “Direito à educação: diferentes perspectivas”** e dos demais manuscritos publicados neste volume reafirma seu compromisso com a luta pela conquista de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Agradecemos à Profa. Dra. Ana Elisa pela organização do Dossiê, aos pareceristas e aos autores e autoras dos trabalhos publicados – no Dossiê e fluxo contínuo da revista.

Aos leitores e leitoras desejamos que os manuscritos apresentados possam instigar profícuas leituras e debates.

Profa. Dra. Alvanize Valente Fernandes Ferenc  
Profa. Dra. Joyce Wassem  
Editoras  
Revista Educação em Perspectiva

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/622>>. Acesso em: 13 dez. 2017.